

Programa de Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo do Artesanato do Estado do Ceará: uma análise do primeiro ano da política pública na promoção e divulgação do artesanato como expressão da diversidade cultural cearense

Mariana Teófilo Tamas*

RESUMO

O presente estudo analisa de que forma o Programa de Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo do Artesanato do Estado do Ceará contribuiu para a promoção e divulgação do artesanato, como expressão da diversidade cultural cearense em seu primeiro ano de existência. Também pretende investigar a existência de iniciativas de mapeamento e documentação das diversas tipologias do artesanato no estado. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, documental e bibliográfica, com base no estudo da literatura e dos dados disponibilizados por órgãos oficiais sobre artesanato, políticas públicas e a lei estadual 17.701/2021. Por fim, propõe que sejam colocadas em prática as ações de realização do mapeamento de técnicas e práticas artesanais nos diversos territórios do estado e de criação de plataforma com informações sobre o artesanato cearense, previstas na lei - a fim de oferecer subsídios para identificação das raízes históricas e das expressões culturais do artesanato cearense - que até a conclusão deste trabalho ainda não haviam começado ou estão incompletas.

Palavras-chave: Artesanato. Cultura. Políticas públicas. Diversidade cultural.

Fortaleza, 30 de abril de 2023.

*Mestra em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: marianattamas@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Em 9^o de outubro de 2021, a Assembléia Legislativa do Estado do Ceará aprovou a lei ordinária 17.701, que torna o Programa de Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo do Artesanato, uma política pública de Estado. O tratamento dado à atividade artesanal é o de “impulsionadora do desenvolvimento econômico e social no Ceará”, relegando a um papel secundário a importância do artesanato na formação da identidade cultural do estado e de seu povo. Este artigo se propõe a pesquisar como a referida política pública incidiu, neste primeiro ano, na promoção e divulgação do artesanato como expressão da diversidade cultural cearense, um dos objetivos do programa.

A Constituição Federal de 1988 tornou a noção de patrimônio cultural mais ampla, ao reconhecer a existência de bens de natureza imaterial. A Unesco define como patrimônio imaterial “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural”. Ainda segundo a Unesco, “produtos artesanais são aqueles confeccionados por artesãos, seja totalmente a mão, com o uso de ferramentas ou até mesmo por meios mecânicos, desde que a contribuição manual do artesão permaneça como o componente mais substancial do produto acabado”. Entretanto, estes aspectos parecem secundários quando fazemos uma leitura da lei que cria o Programa de Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo do Artesanato do Estado do Ceará, muito mais debruçado sobre ações de cunho mercadológico do que zeloso dos saberes e fazeres tradicionais do estado, alguns em processo de desaparecimento, inclusive. A necessidade de uma política pública que faça um levantamento dessas atividades bem como suas demandas enquanto ofício é o que justifica essa pesquisa.

A pesquisa está fundamentada na lei ordinária 17.701/2021. A partir de diretrizes da governança pública, que auxiliam no processo de monitoramento e avaliação de políticas públicas, analisaremos a efetividade das ações realizadas para a promoção e divulgação do artesanato como expressão da diversidade cultural cearense, com destaque para os conceitos de artesanato, políticas públicas e diversidade cultural.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, documental e bibliográfica, a partir das ações realizadas no primeiro ano do Programa de Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo do Artesanato do Estado do Ceará, que tem por objetivo investigar de que forma o

programa contribuiu para a promoção e divulgação do artesanato como expressão da diversidade cultural cearense em seu primeiro ano de existência.

O artigo está organizado em quatro partes: na primeira iremos fazer um breve histórico da atividade artesanal no Brasil e no Ceará: as influências e as iniciativas governamentais para a documentação da atividade. Na segunda, um inventário de políticas públicas executadas no Brasil e no Ceará tendo o artesanato como objeto. Na terceira, iremos nos debruçar no Programa de Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo do Artesanato do Estado do Ceará. Na quarta e última parte analisaremos se, de fato, o programa atuou na promoção e divulgação do artesanato como expressão da diversidade cultural cearense, um de seus objetivos.

2. BREVE HISTÓRICO SOBRE O ARTESANATO NO BRASIL

A atividade artesanal remonta à Pré-história, mais precisamente ao período neolítico. Com o desenvolvimento de técnicas agrícolas e a domesticação de animais, fez-se necessário que o ser humano, agora sedentário e não mais nômade, aprimorasse seus processos de conservação de alimentos, bem como seus objetos de armazenamento. São do mesmo período as primeiras transações comerciais, resultado dos excedentes de alimentos, e os aldeamentos, que darão origem às primeiras cidades.

É impossível negar a produção artesanal indígena, já existente antes da invasão portuguesa, tampouco a influência da cultura material dos negros escravizados nos objetos confeccionados a partir dos ensinamentos dos jesuítas em suas oficinas de artes e ofícios. Mas a colonização brasileira pela coroa portuguesa jamais incentivou a produção artesanal brasileira. Nem com a proclamação da república essa realidade mudou: a atividade artesanal não foi considerada na Carta da República, de 1891, nem na Constituição de 1934.

As dimensões continentais do Brasil levaram a um desenvolvimento desigual ao longo do território nacional. Ao mesmo tempo, era necessário construir uma unidade de país. Surgem, assim, durante a década de 1920, dois movimentos que acabam por contribuir para a elaboração de políticas públicas para o artesanato, ainda que muitos anos depois: o folclorismo e o modernismo.

Nesse período se organizam as primeiras iniciativas de pesquisa sobre o tema, tais como o Instituto Brasileiro de Folclore (1924); a Sociedade Demológica (1925); a Sociedade de Etnografia e Folclore (1937); a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnografia (1941);

e a Sociedade Brasileira de Folclore (1941). Mas é só a partir de 1947 que o movimento folclorista ganha um caráter institucional, em articulação com intelectuais como Renato Almeida, Edison Carneiro e Arthur Ramos (VILHENA, 1995 apud. SANTANA, 2020).

Resultado do I Congresso Brasileiro de Folclore, a Carta do Folclore Brasileiro, de 1951, diz que reconhece “a conveniência de assegurar-se o mais completo amparo às artes populares, ao artesanato e à indústria doméstica, auxiliando-se as iniciativas que digam respeito ao desenvolvimento e à proteção dos artistas populares” (BRASIL, 1951, n. p. apud. SANTANA, 2020, p. 69). Foram os folcloristas os primeiros a olhar para o artesanato “como parte de uma cultura material que precisa ser preservada” (SANTANA, 2020, p. 74).

O movimento modernista no Brasil tem como marco a Semana de Arte Moderna, de 1922. Acontece no momento em que o país passa por um governo provisório, que revogou a constituição de 1891, e precisa levar a cabo o projeto de *identidade nacional*, ancorado no desenvolvimentismo - centrado na industrialização e no setor de infraestrutura, que se estende dos governos de Getúlio Vargas e seu Estado Novo ao de Juscelino Kubitschek.

“A herança dos nossos artefatos - numa longa história, que precedeu e sucedeu a chegada dos portugueses e os fluxos migratórios subsequentes vindos de vários países europeus - foi totalmente desconsiderada e desvalorizada. (...) Em nome do progresso e da desejada inserção do Brasil no concerto das nações desenvolvidas, melhor seria sepultar essas práticas empíricas e substituí-las pelo Novo, com N maiúsculo, redenção que seria trazida por um futuro pautado pelos princípios puramente racionais - a Ciência, a Técnica, a Metodologia (BORGES, 2011, p 31)”.

Apesar do contexto, dois modernistas se destacam na defesa da valorização do artesanato brasileiro: Lina Bo Bardi e Aloísio Magalhães. Lina Bo Bardi, arquiteta ítalo-brasileira responsável pelo projeto do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP), faz forte oposição à utilização da expressão *folclore* para designar os saberes e criações do povo, defendendo a classificação de tais expressões como *cultura* (SANTANA, 2020).

Lina concentrou seus esforços de pesquisa na produção artesanal do Nordeste brasileiro, realizando inclusive uma grande exposição no MASP, em 1969, durante o período da ditadura cívico-militar: *A mão do povo brasileiro*, idealizada em parceria com o cineasta Glauber Rocha e o diretor de teatro Martim Gonçalves. Mais de mil peças de diversas tipologias do artesanato brasileiro ocuparam os espaços destinados para a *alta cultura*, em um ato considerado subversivo e que se tornou a mostra temporária mais importante do museu (PEDROSA, 2016 apud. SANTANA, 2020). O objetivo aqui era, principalmente, o de

projetar possíveis futuros e não resgatar e preservar o passado (RISÉRIO, 2016 *apud*. SANTANA, 2020).

Também divergindo dos folcloristas, Aloísio Magalhães, representante icônico do modernismo brasileiro, funda em 1975 o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), com o objetivo de “estudar formas de vida e atividades pré-industriais brasileiras que estão desaparecendo, documentá-las e, numa outra fase, tentar influir sobre elas, ajudando-as a dinamizar-se” (MAGALHÃES, 1997, p. 117 *apud*. SANTANA, 2020, p. 81). O artesanato era uma das quatro categorias de organização do CNRC. As outras eram Levantamentos socioculturais; História da Tecnologia e das Ciências no Brasil; e Levantamentos de Documentação sobre o Brasil. Para Aloísio, era necessário conhecer a cultura em seus diversos momentos para que fosse possível criar a fisionomia desta cultura (BORGES, 2011, p. 40). Acreditava em uma tentativa de conciliar a tecnologia e o saber cultural tradicional brasileiro.

Lina Bo Bardi e Aloísio Magalhães levantaram debates importantes para a formulação de políticas públicas nacionais de valorização do artesanato brasileiro. Suas contribuições ajudaram a localizar a cultura - inclusive a popular - em espaços institucionais, contribuindo para a percepção da importância do processo criativo também no desenvolvimento econômico.

2.1 O artesanato no Ceará

O artesanato cearense é expressão da miscigenação de indígenas, negros e portugueses. Rendas, trançados, bordados, cerâmica, couro, tecelagem, madeira, metal: a atividade artesanal está presente em praticamente todos os 184 municípios do estado e é uma das tradições mais ricas do país. Sua diversidade diz muito de um povo que tem a resistência como característica, fincada nas tradições ancestrais, mas que não abre mão do desafio do novo.

“Um Ceará que funde natureza e cultura: o espinho do mandacaru é instrumento para a renda de almofada, as areias coloridas das formações barreiras enchem garrafas, a argila se modela e é cozida nos fornos, a madeira a ser trabalhada insinua e antecipa a forma das esculturas, os capuchos do algodão sugerem o fio a ser tecido e o cipó e a palha bailam ágeis nas mãos antes de ganharem as formas dos cestos e chapéus” (CARVALHO e GUIMARÃES, 2000, p. 9).

Entre os grupos artesanais e artesãos organizados por todo estado, é muito clara a consciência da importância da atividade para o sustento das famílias cearenses, bem como

para o desenvolvimento da região onde vivem. Essa certeza faz do artesanato um dos segmentos econômicos com maior potencial na geração de trabalho e renda no Ceará (SEBRAE, 2013, p. 10).

As iniciativas para o desenvolvimento do artesanato no estado estão entre as primeiras organizadas em todo Brasil. A Campanha em Defesa do Folclore Brasileiro, instituída por decreto em 1958, promovia “em âmbito nacional, o estudo, a pesquisa, a divulgação e a defesa do folclore brasileiro”, escolheu os estados da Bahia e do Ceará para realizar os primeiros levantamentos. Posteriormente a Campanha passa a ser chamada de Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular e desde 2003 está vinculada ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Em 1962, o Serviço Social da Indústria - SESI contratou um estudo da produção artesanal do estado do Ceará, contemplando registros fotográficos e cinematográficos. São esses os movimentos iniciais indicativos de um esforço em prol da sistematização de informações sobre o fazer artesanal no estado.

Em todas as regiões é possível encontrar exemplos dessa atividade. Fortaleza concentra a venda de produtos em espaços de comercialização como a feirinha da Av. Beira Mar, o Centro de Turismo do Ceará - Encetur, o Mercado Central e as diversas lojas da Central de Artesanato do Ceará - CeArt. Nas serras da Aratanha e de Baturité, encontram-se peças com influência do artesanato indígena em madeira, cipó e palha de bananeira, além de bordados e crochês. No Cariri, é muito forte o trabalho dos artesãos em madeira, os trançados em palha, a xilogravura e o couro, com destaque para o nacionalmente conhecido mestre Espedito Seleiro. Na serra da Ibiapaba, evidenciamos o trabalho das artesãs do barro do Centro de Produção Artesanal do Tope, em Viçosa do Ceará, e os trançados de palha. Já no litoral leste, ressaltamos a produção de renda de bilro em Aquiraz, a cerâmica e o cipó em Cascavel, as famosas garrafas de areia colorida em Beberibe e a palha e o labirinto no Aracati; no litoral oeste, as rendas, o crochê e os trançados em palha (CEARÁ, 2010).

Falaremos mais sobre o artesanato cearense no desenvolvimento dos tópicos de políticas públicas para o artesanato e também no Programa de Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo do Artesanato do Estado do Ceará.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ARTESANATO BRASILEIRO

As primeiras experiências do que viriam a ser as políticas públicas para o artesanato começam a se organizar a partir da década de 1940, no contexto político do Estado Novo. São grupos, comissões e instituições que disponibilizam assistência técnica, social e financeira, além de desenvolver estudos e pesquisas sobre as manifestações populares. Entretanto, com exceção das entidades vinculadas ao movimento folclorista, tais iniciativas não deixaram documentos sobre suas atuações (SANTANA, 2020).

3.1 Primeiros movimentos

Com a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 1952, podemos dizer que surge a primeira iniciativa que coloca o artesanato como uma atividade capaz de gerar emprego e renda. A lei que cria o banco já incluía a assistência por meio de empréstimos para o “desenvolvimento e criação de indústrias, inclusive artesanais e domésticas, que aproveitem matérias-primas locais, que ocupem com maior produtividade as populações ou que sejam essenciais à elevação dos seus níveis de consumo essencial” (BRASIL, 1952, p. 3 *apud*. SANTANA, 2020, p. 89).

Em âmbito regional, foi a Bahia o primeiro estado a organizar políticas especificamente direcionadas ao artesanato. O Instituto Feminino Visconde de Mauá, rebatizado para Instituto de Artesanato Visconde de Mauá, foi inaugurado em 1939 e atuou durante 75 anos, até ter suas atividades encerradas em 2014. Já a Escola de Desenho Industrial e Artesanato e o Museu de Arte Popular, ambos idealizados por Lina Bo Bardi, apresentavam ideias inovadoras para a época.

“A Escola tinha como proposta associar projeto e execução, além de promover notabilidade ao trabalho manual em equivalência ao trabalho intelectual e de projeto. Lina justifica a junção do artesanato e do desenho industrial, dentre outras coisas, pela fase inicial de industrialização do país e pelo fato de a atividade artesanal ser muito presente na região nordeste” (SANTANA 2020, p. 92).

Em 15 de dezembro de 1959, pela Lei n. 3.692, é criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), uma resposta à situação crítica em que a região se encontrava em decorrência da seca. Em dezembro de 1961 é aprovado o I Plano Diretor da SUDENE, incluindo a reestruturação do artesanato como parte da política de industrialização

da região e, com ele, a Resolução n. 381, que constituiu a Artesanato do Nordeste S/A, a Artene.

“A atuação da SUDENE foi relevante para o desenvolvimento econômico e social do artesanato da região nordeste e a mais consistente dentre as políticas artesanais pioneiras. Dos objetivos propostos, teve grande êxito na realização de estudos, pesquisas, mapeamentos e publicações sobre o tema. Realizou cursos em gestão de cooperativas e capacitação técnicas para os artesãos, sendo responsável pela melhoria da qualidade dos produtos em relação a execução técnica, moldes e padrões. Por meio da Artene, proporcionou a ampliação da comercialização do artesanato, abrindo nove estabelecimentos comerciais em estados do Nordeste e do Sudeste” (LIMA, 1982 apud. SANTANA, 2020).

Em 1964, pela Lei Constitucional n. 12, é criada a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale), para elaborar e executar o plano de desenvolvimento da região. O artesanato é expressivo e muito disseminado no território, por isso, em 1972, a Codevale lançou o Programa de Apoio ao Artesanato, com o objetivo de dar treinamento aos artesãos, apoio na organização destes em associações, ofertando o trabalho de assistência social e intermediando a comercialização das peças. Apesar de muitas dificuldades e atualizando sua política no decorrer dos anos, a Codevale segue como a principal instituição de apoio ao artesanato da região.

“Por meio do Centro de Artesanato do Vale do Jequitinhonha, comprava as peças de artesanato e revendia para o consumidor final em centros urbanos para garantir os ganhos à população. Para além do viés econômico, havia uma atenção especial à preservação cultural, pensando no repasse das técnicas artesanais para manter a 'originalidade e rudimentaridade' do artesanato” (CODEVALE, 1982, p. 51 *apud.* SANTANA, 2020, p. 93).

No cenário nacional, o Programa de Assistência ao Artesanato Brasileiro (PAAB), criado em 1961, foi à primeira experiência de política pública exclusivamente voltada para o artesanato e durou apenas seis meses. Em 1964, teve início no Brasil um período de ditadura civil-militar que durou 21 anos. Grande parte das políticas em favor do artesanato ficaram estagnadas ou não tiveram o desenvolvimento almejado em decorrência deste regime.

3.2 Gestão pública e visibilidade institucional

Em 1975, já no governo Geisel e com os primeiros sinais da abertura política, começa uma estruturação das políticas de artesanato em âmbito nacional. As políticas para o artesanato que se firmam nesse período parecem ser de duas naturezas: i) artesanato enquanto

parte de uma política cultural; ii) artesanato incorporado a políticas de desenvolvimento social. É criada a Política Nacional da Cultura, que tem como objetivo “apoiar e incentivar as iniciativas culturais de indivíduos e grupos e de zelar pelo patrimônio cultural da Nação, sem intervenção do Estado, para dirigir a cultura” (BRASIL, 1975, p. 5 *apud.* SANTANA, 2020, p. 111-112). Com a criação da Fundação Nacional de Artes (Funarte) no mesmo ano, a Campanha em Defesa do Folclore foi incorporada à instituição, passando a se chamar Instituto Nacional do Folclore em 1978.

Aloísio Magalhães, o modernista criador do Centro Nacional de Referência Cultura (CNRC), acreditava na relação entre cultura e desenvolvimento. Considerava a diversidade cultural um dispositivo para integração dos povos a partir do respeito mútuo. O CNRC “conseguiu executar 27 projetos, estabelecendo parcerias com ministérios e a SUDENE, dentre outras instituições, sendo sete os projetos voltados para o artesanato (SANTANA, 2020, p. 113)”. Em 1979, o CNRC é incorporado à estrutura do IPHAN e Aloísio Magalhães assume a presidência da entidade.

“Com Aloísio Magalhães na presidência, o IPHAN começou a repensar o patrimônio cultural brasileiro sem restringi-lo aos grandes monumentos e aos marcos da história oficial reconhecidos pela elite brasileira, mas passa a incluir manifestações culturais de conhecimento popular, especialmente de grupos indígenas, negros, imigrantes e classes populares em geral” (SANTANA, 2020, p. 114).

Em 1981, Aloísio deixa o IPHAN para assumir a Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura (MEC). No início de sua gestão, realiza um seminário para em que são construídas as Diretrizes para Operacionalização da Política Cultural do MEC, documento que norteia a atuação da secretaria e estabelece o conceito de cultura como sendo um “processo global em que não se separam as condições do meio ambiente daquelas do fazer do homem, em que não se deve privilegiar o produto - habitação, templo, artefato, dança, canto, palavra - em detrimento das condições históricas, sócio-econômicas, étnicas e do espaço ecológico em que tal produto se encontra inserido” (BRASIL, 1981, p. 03 *apud.* SANTANA, 2020, p. 115).

A pesquisadora Lélia Frota assume em 1982, a convite de Aloísio, a direção do Instituto Nacional do Folclore e adota as mudanças propostas na política cultural e patrimonial, começando um processo de renovação que incluiu a substituição da expressão folclore para a expressão cultura. Cria a Sala do Artista Popular, em 1983, espaço de exposições de curta duração que promove também a comercialização dos produtos dos artistas

e comunidades artesanais, com informações detalhadas sobre os contextos de produção. Também é de sua autoria o Projeto Piloto de Apoio ao Artesão, de ação direta nas comunidades e que surge após recomendação do Encontro Produção de Artesanato Popular e Identidade Cultural, em 1983. A criação do Centro de Cultura Popular Mestre Noza, em Juazeiro do Norte, é fruto desse trabalho.

“A atuação do INF foi mais um vetor de mudança nas políticas culturais nesse período e estabeleceu uma nova forma de pesquisa, documentação, promoção e comercialização do artesanato brasileiro, centrado no homem e no ambiente que o cercam. O objetivo não era a preservação, mas uma política cultural voltada para o desenvolvimento do artesão e de sua comunidade, tendo como premissa a pesquisa etnográfica, ou seja, a identidade cultural como base para o desenvolvimento econômico” (SANTANA, 2020, p. 118).

As mudanças promovidas por Aloísio Magalhães e Lélia Frota permanecem e tornam-se um marco nas políticas culturais do país. A continuidade dessas transformações se firma com a aprovação da Constituição Federal de 1988. O bem imaterial é reconhecido como patrimônio cultural brasileiro, a diversidade entre os povos e regiões passa a ser valorizada e a liberdade de expressão é garantida pela Constituição. “Há uma nova perspectiva para o artesanato sob a perspectiva cultural e um marco constitucional que orienta as políticas públicas” (SANTANA, 2020, p.118).

3.3 Programa Nacional do Desenvolvimento do Artesanato

Criado pelo Decreto n. 80.098, de 8 de agosto de 1977, tinha como objetivo promover, além da produção e comercialização do artesanato, o próprio artesão. O setor passa a ser visto com características e demandas próprias, necessitando de atenção do poder público para se desenvolver. Funcionando como uma coordenação nacional, o PNDA só conseguiria alcançar seu objetivo se suas ações ocorressem em nível estadual ou regional. Seu plano nacional e as suas diretrizes conseguiram, ao final de 1978, a participação de 16 estados, que com liberdade para encontrar soluções locais com foco nos problemas do artesão. O decreto de criação do programa instituía ainda a Comissão Consultiva do Artesanato com composição interministerial, que tinha como uma das suas principais atribuições “conceituar adequadamente o artesanato de modo a prescrever a sua identidade como atividade econômica peculiar e caracterizar profissionalmente o artesão” (BRASIL, 1977, apud. SANTANA, 2020, p. 123). Neste momento, o artesanato passa a ser visto como uma atividade em si, implicando

na concepção de que o artesão é, também, responsável pelo por todos os aspectos que envolvem o processo de comercialização, além do processo de produção.

“Os anais do I Simpósio Brasileiro do Artesanato expõem, de forma não estruturada, a necessidade do artesão de identificar canais de comercialização, se atentar para a qualidade do produto, normalizar seus preços, conhecer sobre o processo de marketing e receber orientação técnica e gerencial. Como consequência, foi recomendado que o PNDA faça articulação com o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa (CEBRAE), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento e ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), que tinha como objetivo realizar capacitação empresarial por meio de consultorias e treinamentos gerenciais às pequenas e médias empresas. O órgão, criado em 1972, futuramente viria a ser o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)” (SANTANA, 2020, p. 127).

O PNDA não foi efetivo na execução das proposições sugeridas durante sua existência, mesmo com os diagnósticos e discussões a respeito da situação do artesão e do artesanato no país. Atuou, especificamente, na promoção da comercialização do artesanato, avançando pouco na transformação do contexto social do artesão. Em março de 1991 o programa foi extinto.

3.4 Programa do Artesanato Brasileiro

O início da década de 1990 é marcado pela presença do empreendedorismo nas discussões acerca do artesanato. Esse caminho vinha sendo construído lentamente desde a década anterior e acompanha o crescimento do movimento no Brasil. Temos a criação do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) em substituição ao Cebrae. “Assim, o ideal empreendedor tem sua efetivação a partir do governo neoliberal de Fernando Collor, em 1990, com sua política de privatizações, redução da máquina pública e liberalização econômica” (SANTANA, 2020, p.131).

Malba Aguiar, última coordenadora do PNDA, Macao Góes e Mercês Parente, também envolvidos no programa, não aceitaram que o artesanato ficasse fora da agenda política nacional e decidiram apresentar uma proposta de programa do artesanato para a ministra da Ação Social, Margarida Procópio. O Programa do Artesanato Brasileiro (PAB) foi formalizado pelo Decreto de 21 de março de 1991.

“Art. 1º Fica instituído no Ministério da Ação Social, sob a supervisão da Secretaria Nacional de Promoção Social, o Programa do Artesanato Brasileiro, com a finalidade de coordenar e desenvolver atividades que visem valorizar o artesão

brasileiro, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico, bem assim desenvolver e promover o artesanato e a empresa artesanal” (BRASIL, 1991).

Participaram da primeira reunião técnica do PAB representantes de 20 estados, além de instituições como LBA, SESI, Funai, SESC, Universidades, Sebrae e artesãos individuais e organizados em associações e sindicatos. O plano de trabalho do programa foi elaborado pela Associação Ibero-americana para o Desenvolvimento e Comercialização do Artesanato (AIDECA), atendendo a uma demanda internacional do Plano de Ação Decenal para o Desenvolvimento do Artesanato no Mundo (1990-1999), da Unesco, e contemplava quatro linhas de ação: 1. Assistência e cooperação técnica; 2. Desenvolvimento de um sistema de informações; 3. Definição das bases legais, jurídicas e normativas para o artesanato e para a atividade artesanal; 4. Estabelecimento de planos de viabilidade econômica (MAS/SENPROS, 1991a, p. 27 *apud*. SANTANA, 2020, p. 149).

No governo FHC, a partir de 1995, com a extinção do Ministério do Bem-Estar Social (anteriormente Ministério de Ação Social), o programa migra para o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e se aproxima ainda mais do Sebrae, assumindo, assim, o discurso do artesão empreendedor. Entre 1998 e 2005 o programa perde espaço no governo federal, em função da criação do Programa Artesanato Solidário, comandado pela antropóloga e primeira-dama Ruth Cardoso, tendo sua atuação limitada à realização dos programas de artesanato das secretarias estaduais.

Em 2005, no governo Lula, o PAB retoma seu protagonismo organizando o Fórum do Artesanato Brasileiro, um espaço para o encontro dos coordenadores estaduais do artesanato e os artesãos, a fim de construir de forma participativa o planejamento das ações do programa, que seguiam em duas direções: implantar um sistema de informações cadastrais e elaborar uma capacitação para artesãos e multiplicadores, garantindo a transmissibilidade dos conteúdos nas secretarias estaduais. As capacitações aconteceram até 2013 em 11 unidades da federação (SANTANA, 2020, p. 152-153).

3.4.1 Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro

Com o objetivo de levantar informações para o desenvolvimento de políticas públicas, bem como para o planejamento de ações de fomento para o artesanato, em 2012 foi lançado o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), permitindo o

cadastro único dos artesãos do Brasil e reunindo as informações em uma única plataforma, de âmbito nacional.

“O sistema oferece a emissão da Carteira Nacional do Artesão que é a identificação do artesão, prevista na Lei nº 13.180, de 22 de outubro de 2015, válida em todo o território nacional e com validade de 6 (seis) anos. Com a nova versão do sistema lançada em janeiro de 2020, o sistema também oferece a emissão da Carteira Nacional do Mestre Artesão” (BRASIL, 2021).

Até 15 de agosto de 2020, o Brasil tinha 163.065 artesãos cadastrados no sistema. O Ceará, com 15.719 artesãos, é o estado com o maior número de cadastros. Vale ressaltar que o Estado ainda mantém a carteira estadual, assim como o Rio Grande do Sul, e que os números estaduais giram em torno de 40 mil artesãos (SANTANA, 2020, p. 158).

3.5 Programa Artesanato Solidário

O Programa Artesanato Solidário é um dos desdobramentos do Programa Comunidade Solidária, criado pelo Decreto n. 1.366, de 12 de janeiro de 1995 e vinculado à Casa Civil. Idealizado por Ruth Cardoso, foi o sucessor da Legião Brasileira de Assistência (LBA), apesar de não contar com orçamento próprio. Foi desenvolvido para atuar com parcerias entre governo e sociedade, notadamente as organizações não-governamentais (ONGs) e associações sem fins lucrativos para que fossem operadoras e executoras da política.

A primeira iniciativa do programa foi o projeto-piloto Programa de Assistência ao Artesanato Comunitário (PACA), em 1998, realizado em parceria com o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), com a cerâmica de Candeal, no município mineiro de Cônego Marinho.

“As ações do programa estavam voltadas para a formação de associações de artesãos, repasse das técnicas tradicionais, melhoria da qualidade do produto sem interferência na forma e na busca por vias de comercialização, semelhante aos objetivos do CNFCP. Metodologicamente, preservavam o olhar antropológico para o artesanato e consideravam necessário que os problemas fossem levantados junto aos artesãos e as soluções fossem construídas coletivamente, tendo como meta a autonomia das comunidades artesanais” (SANTANA, 2020 p. 143).

Com o fim do governo FHC, em 2002, e o posterior falecimento de Ruth Cardoso, em 2008, o programa Comunidade Solidária foi extinto e a ArteSol seguiu atuando como uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Tem início uma nova fase da

atuação da ArteSol, não apenas institucional, mas também programática, orientada em quatro eixos: promoção do artesanato de tradição cultural brasileira; revitalização de técnicas em risco de desaparecimento através do estímulo à transmissão dos saberes tradicionais para futuras gerações; capacitação de artesãos para uma visão empreendedora de gestão de negócios e difusão do comércio justo na cadeia produtiva do artesanato.

3.6 Programa Sebrae de Artesanato

Em 1995, o Sebrae/DF cria o Projeto de Apoio e Fomento do Setor Artesanal do Distrito Federal, coordenado por Malba Aguiar, antiga coordenadora do extinto PNDA. Seu objetivo era convencer o Sebrae Nacional da importância do setor artesanal. Em 1996, ela cria o Programa Global de Assistência e Valorização da Produção Artesanal, realizando uma oficina com designers e artesãos para a concepção e elaboração de produtos artesanais em madeira, cerâmica, pedra sabão, tecelagem e flores do cerrado, a fim de demonstrar que a atividade artesanal poderia ser economicamente viável. Sete oficinas foram realizadas simultaneamente, separadas por técnica ou matéria-prima e contaram com a participação dos artesãos, um designer estrangeiro, um designer brasileiro e estagiários, resultando em novos produtos, inclusão de novas matérias-primas, adaptação de técnicas e adequação de tamanhos (SEBRAE/DF, 1996 *apud.* SANTANA, 2020, p. 161-162). Na sequência, o Sebrae/DF organizou o Seminário Internacional Design e Tradição e a mostra Tradição & Renovação. A ideia era apresentar o programa ao Sistema Sebrae, demonstrando o potencial do setor artesanal para o Sebrae Nacional. Assim, é autorizada a criação de um programa nacional e a destinação de recursos para todas as unidades do Sebrae nos estados.

“O Sebrae definiu sua atuação, sempre com uma visão de negócios, em três eixos a saber: i) informação, com construção de banco de dados, estudos, pesquisas; ii) formação, por meio de capacitação gerencial; iii) mercado, promovendo a comercialização do produto artesanal. O lançamento do programa ocorreu em 1997 e contava com a adesão de três unidades da federação. Já no ano seguinte, todos os estados tinham um projeto de artesanato aprovado e que seguia o modelo idealizado pelo Sebrae/DF, com intervenção de designers de fora do Brasil na produção artesanal” (SANTANA, 2020, p. 164).

A estratégia de aliar artesanato e design tem como objetivo estabelecer uma relação com o mercado consumidor, em alguns casos, produzindo objetos de acordo com as suas necessidades, desde o início do programa. As rodadas de negócio são a principal iniciativa nesse sentido. O Sebrae convida lojistas e potenciais compradores e, por meio de

agendamento, promove o encontro a partir do cruzamento do interesse dos compradores com a oferta dos artesãos, que têm a oportunidade de mostrar sua produção e negociar a venda imediata ou a encomenda futura de produtos.

3.7 Coordenação Estadual do Artesanato do Ceará

Os programas voltados para o artesanato no Ceará surgem ainda nos anos 1950, a partir de iniciativas como as do BNB e da Sudene. A partir da década de 1960, o trabalho artesanal passa a ser considerado uma forte estratégia para criação e manutenção de empregos, capaz de receber uma fração da mão-de-obra ociosa do setor industrial. Já na década de 1970, o Governo do Estado do Ceará faz os primeiros movimentos para uma política de gestão direcionada ao setor artesanal, através do Departamento de Artesanato e Turismo, da Secretaria da Indústria e Comércio. Em 1973 foi criada a EMCETUR (Empresa Cearense de Turismo) e com ela o primeiro projeto piloto para o artesanato cearense que, um ano depois, é chamado de Programa Integrado do Desenvolvimento Artesanal (PIDART), com apoio da Secretaria de Planejamento, Ministério do Trabalho, INCRA e SUDENE. Tais programas executaram, ainda de forma muito tímida, ações de treinamento, promoção e comercialização do artesanato. Durante o governo Virgílio Távora, em 1979, é criada a FUNSESCE (Fundação dos Serviços Sociais do Estado do Ceará), que passa a coordenar os programas do segmento artesanal, por meio do Centro de Desenvolvimento do Artesanato - CEDART. Foram realizadas ações de incentivo à comercialização do artesanato cearense tanto no mercado interno como no mercado externo, em acordo com as orientações dispostas no Plano Nacional de Desenvolvimento do Artesanato - PNDA (LEMOS, 2011).

A Central de Artesanato do Ceará – CEART é inaugurada em 1981, em área nobre de Fortaleza, tendo como objetivo “centralizar, difundir e comercializar os produtos artesanais” (LEMOS, 2011, p. 42) e tendo o turista como público alvo prioritário. No período conhecido como Governo das Mudanças, representado pelos mandatos de Tasso Jereissati (1987-1990), Ciro Gomes (1991-1994) e Tasso Jereissati, novamente, em duas administrações sucessivas (1995-2002). Ocorreram várias reformas administrativas que afetaram as áreas responsáveis pelo setor artesanal. Em 1997, é extinta a FUNSESCE e são criadas a Fundação da Ação Social - FAS e a Secretaria do Trabalho e Ação Social - SETAS, ficando a cargo da FAS a operacionalização do Programa Estadual de Artesanato e do Programa de

Desenvolvimento Integrado do Artesanato Cearense (PACE), este último elaborado a partir de demanda do Programa de Artesanato Brasileiro - PAB.

O Programa Cearense de Artesanato está centrado em quatro ações prioritárias: o cadastramento dos artesãos; a capacitação voltada para o aperfeiçoamento e gestão de negócios; o assessoramento técnico aos grupos produtivos e entidades artesanais e a comercialização dos produtos através das lojas, feiras e eventos de artesanato, com foco na divulgação da cultura local e na ampliação das vendas. A Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo (SETE) é criada já nos anos 2000, durante a gestão Lúcio Alcântara, e passa a coordenar o Programa Cearense de Artesanato, através da Coordenadoria do Artesanato. O reposicionamento do programa possibilita a organização de duas grandes áreas de atuação do setor: a produção e a comercialização (LEMOS, 2011).

“A Coordenadoria de Desenvolvimento do Artesanato do Ceará tem o objetivo de viabilizar a geração de emprego e renda para milhares de famílias e fortalecer o desenvolvimento sustentável em todo o Estado. Sua atuação está focada no apoio ao artesão e na preservação da tradição e da arte popular respeitando e destacando as peculiaridades de cada macrorregião do Estado, assim valorizando a identidade cultural cearense, a Coordenadoria cria e fomenta ações de desenvolvimento e promoção do artesanato e da economia solidária. Suas políticas públicas incluem a qualificação de artesãos, o apoio à comercialização, a gestão da CEART e o gerenciamento do Fundo Especial de Desenvolvimento e Comercialização do Artesanato (FUNDART), além do fortalecimento de unidades produtivas da Economia Solidária” (BRASIL, 2021).

A partir de 2007, com o início do governo Cid Gomes, a Coordenadoria de Desenvolvimento do Artesanato se torna vinculada à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), que segue desenvolvendo as ações do Programa de Desenvolvimento do Artesanato do Estado do Ceará, “visando á melhoria da qualidade da produção artesanal, preservando os aspectos culturais tradicionais, além de incentivar mudanças no manejo da produção, adotando estratégias de apoio que garantam a permanência das atividades artesanais no contexto da economia globalizada, assegurando a melhoria de vida dos artesãos” (CEARÁ, 2015).

Apenas em 2021, no penúltimo ano da gestão do governador Camilo Santana, o Programa do Artesanato do Ceará se torna uma lei, tendo como órgão gestor a Secretaria de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos - SPS. A atualização desta política já estava prevista nas propostas para o plano de governo, de dezembro de 2014 - Os 7 Cearás. O artesanato é um dos 13 itens da seção Ceará de Oportunidades:

Propostas para o PPA

- Atualizar a Política Estadual para o Artesanato que contemple as diversas dimensões e necessidades do setor, tais como qualificação e capacitação técnica e gerencial dos artesãos; estímulo à produção e comercialização de seus produtos; assegurar a valorização dos artesãos; garantia para a sua competitividade; promovê (sic) a sustentabilidade do mesmo com inclusão social e também incentivo à interiorização desta atividade com identificação cultural com o Estado e suas diversas regiões.
- Criar uma política de fomento a exportação (sic) para o setor artesanal.
- Certificar a produção artesanal cearense com o selo do mercado justo ou fair trade. (Fair trade: é um dos pilares da sustentabilidade econômica e ecológica).
- Criar projetos de feiras artesanais itinerantes no Estado.
- Qualificar o Setor do Artesanato cearense incentivando a estruturação de APL's das diversas tipologias artesanais.

Nem todas as propostas elencadas no plano de governo para 2015-2018 estão contempladas na política aprovada em 2021. A seguir, iremos nos concentrar nas propostas da política e na avaliação das ações realizadas no primeiro ano depois da lei sancionada no estado do Ceará.

4. PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO DO ARTESANATO DO ESTADO DO CEARÁ

O Governo do Estado do Ceará sancionou em 5 de outubro de 2021 a lei 17.701, que “dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo do Artesanato do Estado do Ceará, abrangida a ação de certificação da autenticidade dos produtos artesanais e de reconhecimento das obras de arte popular cearenses – Selo Ceart” (CEARÁ, 2021). Um dos sete objetivos específicos previstos no Programa é “promover e divulgar o artesanato como expressão da diversidade cultural cearense”. Portanto, é sobre este tema que nossa pesquisa se debruça.

O programa cearense está estruturado em quatro eixos: I – fortalecimento do artesão e do artesanato cearense; II – acesso ao mercado; III – qualificação e formação do artesão; IV – fortalecimento da mulher artesã, mediante incentivos específicos, nos termos do regulamento. Os três primeiros são os mesmos eixos propostos no PAB. Também é composto por 14 ações:

“Art. 5.º Compõem o Programa de Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo do Artesanato as seguintes ações:

- I – a realização do Fórum Estadual do Artesanato;
- II – a articulação para criação de fóruns municipais do artesanato;
- III – a consolidação do Selo Ceart de certificação da autenticidade dos produtos artesanais e de reconhecimento das obras de arte popular cearenses;

- IV – a criação de plataforma que transmita informações à população sobre o artesanato cearense;
- V – a identificação de espaços mercadológicos adequados à divulgação e comercialização de produtos artesanais;
- VI – a promoção e o fomento à realização de feiras, mostras e eventos para facilitar a comercialização do produto artesanal;
- VII – a estruturação de núcleos produtivos para o artesanato (...);
- VIII – a realização de um mapeamento de técnicas e práticas artesanais nos diversos territórios cearenses, identificando suas raízes históricas;
- IX – a articulação para criação de linhas de créditos para fomentar o artesanato em todas as suas etapas de produção (...)
- X – o cadastramento permanente de artesãos (...);
- XI – a promoção da qualificação da gestão dos processos produtivos e de comercialização do artesanato;
- XII – a promoção da qualificação técnica do artesão, por meio dos processos e produtos, para obtenção de certificados nacionais e internacionais;
- XIII – o estímulo à participação de artesãos em ações de formação, promoção e comercialização via intercâmbio nacional e internacional;
- XIV – incentivo à criação e sustentabilidade de grupos cooperativos e associativos relacionados ao setor artesanal” (CEARÁ, 2021).

Entendemos que os eixos I e III bem como as ações IV e VIII são os que dialogam de maneira mais imediata para a realização do objetivo investigado: a promoção e divulgação do artesanato como expressão da diversidade cultural cearense, visto que as demais tem foco na comercialização dos produtos, e não comenta sobre a importância do artesanato como expressão cultural do povo cearense.

4.1 Atividades do programa

Em comunicação por e-mail com a coordenadora de Desenvolvimento do Artesanato da Secretaria de Proteção Social do Estado do Ceará, Patrícia Liebmann, foi possível levantar as ações realizadas pela coordenadoria a partir da sanção da lei pelo governador Camilo Santana, em outubro de 2021. Segundo Liebmann (2023), o ordenamento facilita a formatação de novas ações de três grandes áreas: de incentivo, capacitação e profissionalização do artesão; de apoio e fomento à produção e de criação de canais de divulgação e comercialização dos produtos artesanais cearenses.

A partir dos relatos elencados na correspondência virtual, podemos relacionar atividades que se situam, quase que em sua totalidade, no eixo II, relativo ao acesso ao mercado.

4.1.1 Participação e organização de feiras

Os artesãos cadastrados junto à CeArt tiveram a oportunidade de participar de diversas feiras em 2021 e 2022, tanto locais quanto nacionais. Segundo Liebmann (2023), “a participação (...) em eventos de comercialização de produtos artesanais trouxe um retorno não só comercial, mas também de valorização do artesanato cearense e dos artesãos, que passam a ter mais confiança para produzir e voltar ao mercado presencial”. Em âmbito nacional, em 2021, eles estiveram presentes no 24º Festival de Cultura e Gastronomia de Tiradentes (MG), no 14º Salão do Artesanato, em Brasília, na 32ª Feira Nacional de Artesanato, em Belo Horizonte, e na 21ª Feira Nacional de Negócios do Artesanato, em Olinda. Já em 2022, a CeArt e quatro artesãos selecionados por edital participaram do 15º Salão do Artesanato - Raízes Brasileiras, em Brasília, da 22ª Fenearte, em Olinda, e da Expocrato 2022, no Crato.

Em Fortaleza, aconteceram duas edições da Feira da CeArt, na praça Luiza Távora, sempre no mês de novembro. Em 2021, a feira contou com a participação de 100 artesãos pertencentes a associações, grupos produtivos e individuais do estado. Em 2022, o número de participantes foi reduzido pela metade. Na ocasião, a CeArt lançou a versão digital da Certificação da Autenticidade dos Produtos Artesanais e de Reconhecimento de Obras de Arte Popular Cearense.

“Desde 2015, os produtos das lojas CeArt carregam o Selo Ceart que garante qualidade, eficiência e responsabilidade social, tornando-se mais competitivos no mercado. Com a versão digital, o artesão passa a ter acesso online ao certificado digital de todos os seus produtos, comprovando a peça como legítimo artesanato cearense” (LIEBMANN, 2023).

Em setembro de 2022 aconteceu a 4ª Feira Nacional de Artesanato e Cultura (Fenacce), com o apoio do Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), com 85 artesãos individuais, associações e grupos produtivos artesanais de todas as regiões do Ceará expuseram e comercializaram suas peças durante dez dias. A programação incluiu a primeira Rodada Internacional de Negócios do Artesanato no Ceará e o primeiro Encontro CeArt dos Artesãos do Brasil, com a participação de cem (100) artesãos de diversos estados.

4.1.2 Abertura e revitalização de espaços de comercialização

Em setembro de 2021, antes ainda da publicação da lei, a loja galeria Mestre Noza, na Praça Luiza Távora, foi reaberta. No início de março de 2022, foi inaugurada a loja CeArt Cariri, em um espaço do Complexo Multifuncional, em Juazeiro do Norte. Além dos itens das diversas tipologias do artesanato cearense para venda, no local também é realizado o atendimento de artesãos com emissão e renovação de identidade artesanal e certificação de produtos para comercialização. No final do ano, também em Juazeiro, foi inaugurada a loja Romeirão Segundo Liebmann (2023), “a abertura de novas lojas faz parte da estratégia do Governo do Estado para o fortalecimento do artesanato no Ceará”.

4.1.3 CeArt Itinerante

Idealizada por Onélia Santana, atual titular da Secretaria de Proteção Social, a CeArt Itinerante é uma iniciativa que pretende levar a diversos municípios os serviços da Central de Artesanato do Ceará lançada em 15 de outubro de 2021, logo após a publicação da lei no Diário Oficial. Até julho de 2022, 16 municípios tinham sido atendidos pela CeArt Itinerante. São eles: Aracati (Litoral Leste); Icapuí (Litoral Leste); Sobral (Sertão de Sobral); Brejo Santo (Cariri); Missão Velha (Cariri); Barbalha (Cariri); Caucaia (Grande Fortaleza); Cedro (Centro-Sul); Iguatu (Centro-Sul); Quixelô (Centro-Sul); Jaguaribe (Vale do Jaguaribe); Jaguaribara (Vale do Jaguaribe); Jaguaritama (Vale do Jaguaribe); Senador Pompeu (Sertão Central); Pedra Branca (Sertão Central) e Madalena (Sertão de Canindé). Esse número corresponde a 8,7% dos municípios cearenses.

“Uma iniciativa que leva todos os serviços e atendimentos da Central de Artesanato do Ceará a diversas regiões do Estado, como oficinas, cadastro e renovação das identidades artesanais, credenciamento, certificação de produtos, palestras e exposição e venda de peças nas tipologias do artesanato cearense. Aracati, Icapuí e Sobral foram os primeiros municípios a receberem a ação inovadora. Aproximadamente 1,6 mil artesãos de 27 municípios de dez regiões do Estado foram beneficiados desde o lançamento em outubro de 2021” (LIEBMANN, 2023).

4.1.4 Rotas CeArt

Trata-se de um portal mantido pela Secretaria de Proteção Social que destaca rotas turísticas-artesanais, a partir do trabalho de artesãos cadastrados e certificados pela CeArt.

“O Rotas CeArt disponibiliza, por meio de site, rotas turísticas artesanais das oficinas/casas dos artesãos cadastrados e credenciados pela Central. Os interessados podem conhecer esses fazeres e saberes viajando pelo Ceará seguindo as fascinantes e diferentes tipologias e técnicas que têm sido passadas de geração em geração no Estado. O Rotas CeArt vai traçar 14 rotas turísticas artesanais com artesãos cadastrados e credenciados pela Central” (LIEBMANN, 2023).

São 14 as rotas previstas: Maciço de Baturité; Litoral Leste; Grande Fortaleza; Litoral Oeste/Vale do Curu; Sertão de Sobral; Litoral Norte; Serra da Ibiapaba, Sertão de Canindé, Sertão dos Crateús; Sertão dos Inhamuns; Cariri, Centro Sul; Sertão Central e Vale do Jaguaribe. Atualmente, no site rotasceart.sps.ce.gov.br estão disponíveis as rotas Litoral Leste (a rota do sol nascente) e Cariri.

4.1.5 Emissão de identidades artesanais

Com o objetivo de reconhecer os artesãos cearenses e direcionar as ações de incentivo para o artesanato, o Governo do Ceará emite, por meio da CeArt, a identidade artesanal. Segundo Liebmann (2023), “a emissão de identidades artesanais (...) traz benefícios para o artesão como a isenção do ICMS na venda de produtos, a capacitação em cursos gratuitos de aprimoramento, atualização de técnicas e a participação em feiras nacionais e internacionais com o apoio da CeArt”. No ano de 2022, a instituição cadastrou 5.211 artesãos.

4.2 Números do artesanato no Ceará em 2022

Liebmann (2023) ainda informou que além dos mais de cinco mil artesãos cadastrados, 6.552 artesãos foram capacitados e/ou assessorados. Mais de 60 mil peças foram comercializadas, totalizando R\$ 3.825.757,97 em vendas, que beneficiaram cerca de 20 mil artesãos. A coordenadoria realizou e apoiou mais de cem eventos e certificou 2.628 produtos, beneficiando 7.670 artesãos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar de que forma o Programa de Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo do Artesanato do Estado do Ceará contribuiu para a promoção e divulgação do artesanato como expressão da diversidade cultural cearense em seu primeiro ano de existência. A partir de um percurso histórico sobre a atividade artesanal no

Brasil, bem como das políticas públicas de fomento ao segmento artesanal, chegamos ao contexto das atividades no Ceará, até a sanção da lei 17.701, em 5 de outubro de 2021.

São mecanismos da governança pública a liderança, a estratégia e o controle. Para fins deste estudo, foram analisados apenas dois deles: a estratégia e o controle. A estratégia compreende a definição de diretrizes, objetivos, ações, além de critérios de priorização e alinhamento entre organizações e partes interessadas, para que os serviços e produtos de responsabilidade da organização alcancem os resultados pretendidos. Já o controle preconiza que as organizações do setor público devem prestar contas aos cidadãos, demonstrando que administraram os recursos a elas confiados em conformidade com os princípios éticos, diretrizes estabelecidas pelo governo e normas aplicáveis.

Um dos princípios da governança para o setor público é a transparência, que “diz respeito a permitir que a sociedade obtenha informações atualizadas sobre operações, estruturas, processos decisórios, resultados e desempenho do setor público. Consiste em disponibilizar, inclusive na forma de dados abertos, para as partes interessadas, as informações que sejam de seu interesse” (BRASIL, 2020, p. 45).

As informações acerca das ações realizadas pelo Programa de Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo do Artesanato do Estado do Ceará não estão disponíveis em relatórios ou sites. Para a elaboração deste trabalho, entramos em contato com a Coordenadoria do Artesanato do Ceará através do Portal da Transparência e pelo e-mail institucional da coordenadora. Tais informações foram repassadas sem nenhum tipo de tratamento nem de classificação. Para efeito de análise, organizamos as ações de acordo com os eixos em que o programa está estruturado, a saber: I – fortalecimento do artesão e do artesanato cearense; II – acesso ao mercado; III – qualificação e formação do artesão; IV – fortalecimento da mulher artesã, mediante incentivos específicos. Concluímos que quase a totalidade das ações dizem respeito ao eixo II.

Entendemos que a promoção e divulgação do artesanato como expressão da diversidade cultural cearense poderiam estar parcialmente contemplada em duas grandes ações previstas no programa: IV – a criação de plataforma que transmita informações à população sobre o artesanato cearense e VIII – a realização de um mapeamento de técnicas e práticas artesanais nos diversos territórios cearenses, identificando suas raízes históricas. Dentre as atividades relatadas pela coordenadoria, entendemos que apenas a iniciativa Rotas CeArt contemplaria, também parcialmente, o objetivo elencado nesta pesquisa. Até 30 de abril de 2023, das 14 rotas previstas pela ação, apenas duas estão disponíveis no site.

Compreendemos que a abordagem dos programas de fomento à atividade artesanal no Brasil e no Ceará tem o viés mercadológico como norte (rumo), apostando no artesanato como empreendimento e não como expressão da diversidade cultural.

Estes aspectos parecem secundários quando fazemos uma análise da lei que cria o Programa de Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo do Artesanato do Estado do Ceará, mais debruçado sobre ações de cunho mercadológico do que preocupado com saberes e fazeres tradicionais do estado, alguns já em processo de desaparecimento, inclusive. A necessidade de uma política pública que faça um levantamento completo dessas atividades, bem como das suas demandas enquanto ofício justificou essa pesquisa.

REFERÊNCIAS

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Ações para o desenvolvimento do artesanato do Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002. Disponível em <<https://bit.ly/3HtSauh>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

BORGES, Adélia. **Design + artesanato: o caminho brasileiro**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

BRASIL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU**. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado, 2020.

CARVALHO, Gilmar de; GUIMARÃES, Dodora. **Ceará feito à mão: artesanato e arte popular**. Fortaleza: Terra da Luz Editorial, 2000.

CEARÁ. Lei Nº 17.701, de 5 de outubro de 2021. **Dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo do Artesanato do Estado do Ceará, abrangida a ação de certificação da autenticidade dos produtos artesanais e de reconhecimento das obras de arte popular cearense – Selo CeArt**. Fortaleza, CE: Diário Oficial do Estado do Ceará, 2021. Disponível em <<https://bit.ly/3L11TEb>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

CENTRAL DE ARTESANATO DO CEARÁ. Rotas CeArt, c2022. Mapa. Disponível em: <<https://bit.ly/3VirylB>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Artesanato, c2010. Artesanato. Disponível em: <<https://bit.ly/3NnDzUQ>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Ceará é modelo de desenvolvimento do artesanato para outros estados do Brasil**, c 2022. CeArt. Disponível em: <<https://bit.ly/3LquVIM>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

LEMOS, Maria Edny Silva. **O artesanato como alternativa de trabalho e renda: subsídios para avaliação do Programa Estadual de Desenvolvimento do Artesanato no município de Aquiraz-CE**. 2011. 111 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/3nn402i>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

LIEBMANN, Patrícia. **Programa de Desenvolvimento Sustentável e Inclusivo do Artesanato**. Mensagem recebida por <marianattamas@gmail.com> em 26 de abr. 2023

MORAES, Maria Dione Carvalho.; SERAINE, Ana Beatriz Martins dos Santos; BARBOSA, Carol **Artesanato e políticas públicas no Brasil: uma trajetória entre economia e cultura**. Conhecer: Debate entre o Público e o Privado, v. 10, n. 25, p.159-182, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/44jim4A>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

PORTAL DO ARTESANATO BRASILEIRO. **Coordenação Estadual do Artesanato do Ceará**, c2021Empresas & Negócios. Disponível em <<https://bit.ly/3Hv9yi5>> Acesso em: 30 abr. 2023.

PORTAL DO ARTESANATO BRASILEIRO. **Programa do Artesanato Brasileiro (PAB)**, c2021. Empresas & Negócios. Disponível em <<https://bit.ly/3ViM7hH>> Acesso em: 30 abr. 2023.

RODRIGUES, Ari. **Metodologias participativas e políticas públicas**. Rede Artesanato Brasil, 24 set. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3AKDF18>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

RODRIGUES, Ari. **Políticas públicas do artesanato brasileiro**. Rede Artesanato Brasil, 24 set. 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/42eIdZm>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

SANTANA, Máira Fontenele. **Trajatória do artesanato brasileiro: perspectiva das políticas públicas**. 2020. 215 f. Dissertação (Mestrado em Design) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3oYG9GR>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

SEBRAE/MG. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2DCXQBF>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

SEBRAE/CE. **Artesanato Cearense: um novo olhar**. Fortaleza: SEBRAE/CE, 2013.